

A MODALIZAÇÃO DE ÔNTICA NO GÊNERO CARTA DO LEITOR: PERSPECTIVAS ARGUMENTATIVAS

Marcos Antônio da Silva¹

RESUMO

Considerando que nossas interações cotidianas estão permeadas sempre por meio da linguagem, temos como objetivo, neste texto, analisar a presença e o funcionamento dos elementos modalizadores deônticos no gênero carta do leitor. Para tanto, serão observados alguns recortes desse gênero em diversas edições da revista VEJA. Além disso, teremos como suporte para este empreendimento os pressupostos teóricos postulados pela Teoria da Argumentação na Língua (DUCROT, 1988 e 1994) e alguns teóricos que trabalham com a questão da modalização linguística. Ao final de nossas análises, identificamos que os elementos modalizadores deônticos presentes nas cartas analisadas funcionam de forma argumentativa, pois orientam o leitor para a forma como os textos devem ser lidos.

Palavras-chave: Modalização deôntica, Argumentação, Carta do leitor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É senso comum que nossos discursos são produzidos com base em nossas intenções e que na própria estrutura linguística há estruturas que revelam a subjetividade do produtor do texto frente aos seus interlocutores, o que quebra com a ideia da objetividade linguística. Assim, tendo como base esses pressupostos, constitui nosso objetivo, neste artigo, apresentar uma análise dos elementos modalizadores deônticos no gênero textual *carta do leitor*.

Para tanto, inicialmente, trataremos da questão da Teoria na Argumentação na Língua, proposta por Ducrot e colaboradores (1988, 1994), pois, uma vez que essa teoria propõe que a língua é argumentativa por natureza e quando a utilizamos temos determinados objetivos e intenções, faz-se necessário discutir um pouco sobre essa questão, visto que a modalização pode ser entendida como um recurso argumentativo utilizado pelos falantes/produtores de textos.

Em seguida, buscaremos apresentar alguns pontos da Teoria da Modalização baseados em estudiosos como Castilho e Castilho (1993), Cervoni (1989), Koch (2002) e Nascimento (2009). É importante ressaltar, de início, que a Teoria da Modalização é apresentada como uma teoria que estuda/explica a forma como o locutor/falante deixa registrado aquilo que ele apresenta no seu enunciado, ou seja, seu conteúdo proposicional e a forma como ele deseja que esse conteúdo seja lido, apreendido/entendido. Dessa forma, a modalização pode ser percebida como um recurso argumentativo linguisticamente materializado.

¹ Doutor em linguística. Professor do IFAL – Campus Murici. E-mail: marco_sil2@hotmail.com.

Destacamos que o gênero carta do leitor, aqui analisado, será compreendido enquanto gênero textual/discursivo, conforme estudos empreendidos por Bakhtin (2000), enquanto “tipos relativamente estáveis de enunciados”, e Marcuschi (2009), enquanto textos produzidos com objetivos diversos, nas diferentes esferas sociais. As cartas analisadas foram coletadas de várias edições da revista VEJA, que tem circulação nacional.

Após as análises do nosso objeto de estudo, apresentaremos algumas breves considerações a respeito da própria análise, do funcionamento real dos elementos observados, bem como a implicação de um ensino baseado em uma concepção tradicional/estruturalista de língua.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A Teoria da Argumentação proposta por Ducrot (1988) e Ducrot e colaboradores (1994) percebe a argumentação como algo inerente à língua. Essa concepção está vinculada ao fato destes linguístas verificarem que na significação de determinados enunciados há orientações de natureza argumentativa. De acordo com esses estudiosos, essa teoria tem “[...] como principal objetivo se opor à noção tradicional de sentido” (1988, p.49). Para tal oposição, foram traçadas algumas considerações a respeito da noção de sentido.

Segundo Ducrot (1988), a noção tradicional de sentido afirma que um enunciado apresenta três indicações de sentido: objetivas (com a função de descrever algo da realidade), subjetivas (revela a intenção do falante), e intersubjetivas (o efeito provocado pelo falante nos interlocutores).

Para explicar sua crítica a essa noção, Ducrot (1988, p. 50) traz o enunciado: “Pedro é inteligente”. Nesse enunciado, o sentido objetivo é a descrição de uma realidade, no caso Pedro; o subjetivo é a intenção do falante ao mostrar admiração por Pedro e o intersubjetivo é o que o falante espera causar no seu interlocutor, ou seja, que o outro pode confiar em Pedro.

Assim, para Ducrot (1988), se a realidade é descrita através da linguagem, essa forma de descrevê-la se dá por meio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos. A junção desses aspectos é considerada por esse autor como o valor argumentativo dos enunciados.

Percebendo, pois, que em todas as esferas sociais precisamos expor nossas opiniões, argumentar, discutir sobre fatos do cotidiano, acrescentamos ao nosso estudo a contribuição de Espíndola (2004, p.13) ao afirmar que, não só a língua é argumentativa, como propunha Ducrot (1988), mas “o uso também é argumentativo”.

De acordo com Koch (2004, p. 17), "a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade". Essa interação – ação verbal – é marcada por uma intenção, pois quem fala tem um objetivo para com o outro, seja para prender sua atenção, convencer o outro a fazer algo, opor-se ao outro ou impor seu ponto de vista, sobre o outro. Assim, pode-se dizer que argumentar é orientar o discurso tendo em vista uma conclusão pré-determinada.

Ainda para Ducrot (1997), há na estrutura da língua elementos que constituem a ossatura interna dos enunciados. Por conseguinte, se pensarmos que esses elementos podem ser apontados como os adjetivos, os advérbios, os operadores argumentativos, podemos dizer que revelam a subjetividade existente nos enunciados ou mesmo as intenções pensadas pelos locutores ao apresentarem seus enunciados, seus pontos de vista. Logo, também é possível dizer que o fenômeno da modalização é também argumentativo.

SOBRE A TEORIA DA MODALIZAÇÃO

Quando construímos nossos discursos, sinalizamos o sentido que queremos que seja apreendido pelo(s) interlocutor(es). Para isso, oferecemos pistas que orientam o objetivo da nossa ação linguística. A modalização é, nesse sentido, uma estratégia semântico-argumentativa que desempenha o papel de determinar o sentido dos enunciados.

A Teoria da Modalização, sob o olhar de Castilho e Castilho (2002, p. 201), destaca que muito se tem indagado sobre “a importância do modo na estruturação e na interpretação semântica das sentenças”.

Com base nas considerações de Castilho e Castilho (2002), Nascimento (2009) e Koch (2006), teceremos, a seguir, algumas considerações a respeito da Teoria da Modalização.

Nascimento (2009, p. 37) traz um conceito sobre a teoria da modalização:

[...] a teoria da modalização se apresenta como uma teoria que explica como um locutor deixa registrado, no seu discurso, marcas de sua subjetividade através de determinados elementos linguísticos e, portanto, imprime um modo como esse discurso deve ser lido.

Depreendemos, a partir do conceito citado, que, em nossos eventos comunicativos, toda vez que queremos expressar nossa subjetividade, utilizamo-nos de alguns recursos com o objetivo de fazer o interlocutor entender o sentido do texto proferido. A modalização é, portanto, “uma estratégia argumentativa que se materializa linguisticamente” (NASCIMENTO, 2009, p. 38). Modalizar é, por assim dizer, argumentar, é deixar claro como quero que a informação seja processada.

Santos (2000, p. 1), a partir dos estudos empreendidos por Dubois (1973), afirma que “[...] a modalização é uma categoria que permite ao falante expressar uma atitude em face do enunciado que produz.”. Assim, a modalidade pode ser entendida como um sinônimo de modo e, por sua vez, indica um tipo de relação construído entre os interlocutores envolvidos no processo de comunicação/interação.

Ressaltamos que alguns autores apontam uma diferença entre modalidade e modalização, porém Castilho e Castilho não distinguem modalidade de modalização. Para eles esses termos são considerados sinônimos. Neste nosso empreendimento, também não faremos distinção entre tais termos, isto é, usaremos um pelo outro.

Segundo Castilho e Castilho (2002), a modalização põe em movimento diversos recursos linguísticos:

- (1) a prosódia, como nos alongamentos vocálicos e na mudança de tessitura, em “trabalhei mui::to, mas muito MESmo”;
- (2) os modos verbais;
- (3) os verbos auxiliares; como *dever*, *poder*, *querer* e os verbos que constituem orações parentéticas e matrizes como *achar*, *crer* *acreditar* [...];
- (4) adjetivos, sós ou em expressões como “é possível”, “é claro”, “é desejável”;
- (5) advérbios como *possivelmente*, *exatamente*, *obviamente* etc;
- (6) sintagmas preposicionados em função adverbial, como “na verdade”, “em realidade”, “por certo” etc. (2002, p. 202).

Neves (2000, p. 188), quando trata da modalização possibilitada por meio dos adjetivos, apresenta o seguinte exemplo: “Pareceu-me o meio mais simples de evitar uma possível crise na família”. De acordo com essa autora, o adjetivo “possível” indica a forma como o ouvinte deve entender o que está sendo apresentado pelo locutor, ou seja, esse elemento recai sobre a expressão “crise na família” e se trata de modalizador com valor epistêmico, algo que pode acontecer.

Ainda no campo dos estudos sobre a modalização, Chaves (2007, p.3) ao analisar o sufixo *-inho* no gênero entrevista, assevera que, quando do uso de modalizadores, “[...] o dizer é dito de maneira modalizada com finalidades específicas que dependem de como o contexto comunicativo acontece.”. A partir dessa colocação, percebemos, ainda, que o contexto será responsável pelas escolhas lexicais utilizadas na interação, já que entre um “possivelmente” e um “é certo que” há diferenças intencionais.

Os elementos linguísticos que materializam a modalização, ou seja, os modalizadores, são divididos, conforme Castilho e Castilho (2002) em três grupos:

- Modalização Epistêmica;
- Modalização Deontica;

- Modalização Afetiva.

Nascimento (2009), em sua obra *Jogando com as vozes do outro*, retoma essa classificação e a sistematiza da seguinte forma:

Modalização	Imprime no enunciado
Epistêmica	Considerações sobre o valor de verdade do seu conteúdo proposicional.
Deontica	O conteúdo proposicional do enunciado deve ou precisa ocorrer.
Avaliativa	Uma avaliação ou juízo de valor a respeito do seu conteúdo proposicional, executando-se qualquer avaliação de natureza epistêmica ou deontica.

Tipos de Modalização (NASCIMENTO, 2009, p. 47)

De maneira mais explicitada, porém concisa, teceremos algumas considerações a respeito dos já mencionados tipos de modalização. Nessas considerações, seguiremos a classificação sistematizada por Nascimento (2009), visto que, assim como esse autor, percebemos que na modalização “afetiva” também há uma avaliação, por parte do interlocutor, do conteúdo proposicional apresentado. Sendo assim, achamos mais produtivo usar a denominação “avaliativa” no lugar de “afetiva”.

Modalização epistêmica – acontece quando se expressa uma avaliação a respeito do valor e condições de verdade das proposições. Esse tipo de modalização pode ser dividido em três subclasses: a dos modalizadores asseverativos, dos quase-asseverativos e dos delimitadores.

- Os *asseverativos* são selecionados para apontar que o falante considera a proposição certa, verdadeira.

Essa proposição apresentada pelo falante não deixa vestígios de dúvidas, seja ela uma afirmação ou uma negação. Dessa forma, ao se expressar, o falante imprime forte adesão ao conteúdo proposicional. Da lista apresentada por Castilho e Castilho (2002, p. 206-207), citamos alguns afirmativos: *efetivamente, obviamente, absolutamente, verdadeiramente, indubitavelmente, claro, certo, lógico, pronto, sem dúvida etc.*

- Os *quase-asseverativos* são selecionados quando o falante considera o conteúdo quase certo ou como uma possibilidade que espera ser confirmada ou não.

Ao selecioná-los, o falante não se responsabiliza pelo valor de verdade ou de falsidade do conteúdo proposicional. Decorre, então, expressar uma baixa adesão à proposição. Castilho e Castilho (op. cit., p. 207) listam os seguintes modalizadores quase-asseverativos: *talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente*.

- Os *delimitadores*, por sua vez, são selecionados para estabelecer limites dentro dos quais é possível considerar o conteúdo proposicional.

Quando escolhidos, o falante propõe uma negociação entre os interlocutores com a intenção de manter o diálogo. Dessa forma, constata-se que os delimitadores possuem uma força argumentativa que se sobressai em relação à força argumentativa dos asseverativos e dos quase-asseverativos.

Na lista dos delimitadores destacados por Castilho e Castilho (ibidem) identificam-se os seguintes delimitadores: *quase, um tipo de, uma espécie de, em geral, em princípio, fundamentalmente, basicamente, praticamente, do ponto de vista de + adj., geograficamente, biologicamente, historicamente, profissionalmente, pessoalmente*.

Modalização deôntica – ocorre quando o falante se expressa considerando a obrigatoriedade do conteúdo proposicional, ou seja, o conteúdo deve, precisa ocorrer. Dessa forma, o objetivo do falante é atuar fortemente sobre o interlocutor. Entre outros modalizadores deônticos que podem ser encontrados, quando ocorre a modalização deôntica, destacamos os seguintes: *obrigatoriamente, necessariamente* etc.

Modalização avaliativa – como citado anteriormente, ocorre quando o falante usa modalizadores para expressar uma “avaliação ou juízo de valor a respeito do seu conteúdo proposicional, executando-se qualquer avaliação de natureza epistêmica ou deôntica” (NASCIMENTO, 2009, p. 47).

Nos três tipos de modalização constata-se um julgamento do falante em função do(s) interlocutor(es). Os julgamentos podem ser sistematizados da seguinte forma:

- o deôntico - avalia a obrigatoriedade;
- o epistêmico - avalia a verdade;
- o avaliativo - todos os julgamentos que não são deônticos, tampouco epistêmicos.

Podemos ressaltar também que a modalização é sempre dupla, posto que algo é argumentado tendo em vista um interlocutor.

Pelas reflexões feitas nesse embasamento teórico, como bem afirma Koch (2006, p. 65), “[...] fica patente que a argumentatividade permeia todo o uso da linguagem humana,

fazendo-se presente em qualquer tipo de texto e não apenas naqueles tradicionalmente classificados como argumentativos”.

O GÊNERO TEXTUAL/DISCURSIVO *CARTA DO LEITOR*

O texto carta do leitor, enquanto gênero do discurso, noção trazida para os estudos linguísticos por Bakhtin (2000, p. 279) é entendido como “[...] tipos relativamente estáveis de enunciados” e constituídos de três elementos: conteúdo, estilo e estrutura composicional.

Segundo ainda esse autor, esses tipos de discurso são produzidos pelas diversas esferas da sociedade. Dessa forma, encontramos nessas produções o caráter sociointeracional da linguagem, uma vez que pensamos a língua enquanto atividade social e interacional.

Consoante apontamentos de Marcuschi (2009), é necessário fazer uma distinção entre tipos textuais e gêneros textuais. No entanto, ainda hoje, algumas pessoas tratam um termo pelo outro, ou seja, quando se fala em gêneros textuais ainda se reportam à narração, argumentação, dissertação etc.

Ainda para esse autor, a expressão tipo textual, também chamada de sequências linguísticas ou tipológicas, comporta cerca de meia dúzia de categorias, a saber: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e etc. Sobre os gêneros textuais, Marcuschi (2009, p. 155) assevera que:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais* e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (Grifos do autor).

Situando, então, nosso objeto de análise, podemos dizer que a carta do leitor é um gênero que tem/teve origem no domínio discursivo – ambiente que propicia o surgimento de novos gêneros – jornalístico. Esse gênero, assim como os demais existentes, tem como objetivo/propósito comunicativo apresentar uma sugestão, uma reclamação, uma opinião sobre um determinado assunto apresentado pela revista (ou jornal) sobre uma determinada matéria apresentada, geralmente em edições anteriores. Funciona, pois, como um objeto que aproxima, de certa forma, os responsáveis pela produção da notícia, da reportagem, dos textos

em geral, daqueles que estão, de alguma forma, longe, geograficamente falando, e que, possivelmente, nem se conhecem.

PONTO DE ANÁLISES

Os textos/recortes aqui apresentados foram coletados em diversas edições da revista VEJA, um total de 10 edições, do ano de 2011. Para estabelecermos um critério de análise, achamos interessante fazer o recorte das cartas pelo assunto comentado nas edições. Assim, analisamos apenas aquelas que tratam da questão da “corrupção”.

Por motivo de espaço, e evitando causar repetições, traremos para este artigo apenas algumas cartas, um total de cinco, (e, às vezes, recortes) e suas análises.

Texto 01:

Parabéns pela reportagem “O ministro recebia o dinheiro na garagem” (19 de outubro). Tenho o orgulho de ser leitor de VEJA. [...]. **Acorde e reaja**, cidadania brasileira!

VEJA, 26/10/11, p. 38

Observando o texto 01, quando da presença dos verbos “acorde” e “reaja”, percebemos que a ocorrência desses verbos nesse texto denota a função de modalizadores deônticos, ou seja, no referido enunciado, o conteúdo aparece como algo que deve ser realizado, uma ordem a ser praticada pela cidadania brasileira. Esta deve, urgentemente, acordar e reagir frente aos casos de corrupção apresentados pela reportagem “O ministro recebia o dinheiro na garagem” publicada pela VEJA.

Texto 02:

Aplaudamos a atitude célere da presidente Dilma e **façamos** uma corrente de confiança e apoio [...]. **Temos de** reagir, trabalhadores, estudantes, donas de casa, blogueiros, membros de redes sociais, e nos doar pela moralização política.

VEJA, 20/07/11, p. 38

O trecho 02 apresenta três ocorrências verbais que, assim como no texto anterior, funcionam como modalizadores deônticos: *aplaudamos*, *façamos*, e a expressão *temos de*, atribuindo a esse enunciado a necessidade de se fazer, indubitavelmente, o que esses verbos “exigem”, a fim de resgatar a moralidade do Brasil, prejudicada pelos frequentes casos de corrupção.

Texto 03:

Onde vamos parar? Essas atitudes são nauseantes, estonteantes, inadmissíveis. [...] Meu repúdio e indignação aos canibais da gestão pública, às quadrilhas de terno e caneta, aos grandes criminosos deste país. **Deveriam** estar presos.

VEJA, 03/08/11, p. 36

No texto 03, observamos que ocorre a modalização do tipo deôntica, visto que o auxiliar *dever* no futuro do pretérito introduz uma ordem que necessariamente precisa acontecer. Com essa estratégia, o escritor imprime a ideia de uma forte atuação sobre o interlocutor.

É interessante acrescentar que a obrigatoriedade expressa pelo conteúdo proposicional parece algo que não deverá futuramente acontecer e, sim, já deveria ter acontecido ou ainda estar em processo de acontecimento presente.

Texto 04:

Escândalos se sucedem todas as semanas e nada é capaz de tirar o povo da letargia. [...] Não existe oposição capaz de mobilizar a sociedade. Triste realidade. **Precisamos tirar** o povo desse sono profundo.

VEJA, 24/08/11, p. 34

Neste trecho 04, é possível perceber que o uso da expressão “precisamos tirar” é uma estratégia de fazer o interlocutor concordar decisivamente com a ideia de que o povo brasileiro é indiferente aos escândalos de corrupções. Dessa forma, o locutor emprega a modalização do tipo deôntica para firmar a sua intenção de impor uma ordem a ser cumprida pelo(s) interlocutor(es).

Quando o locutor usa “precisamos”, verbo na primeira pessoa do plural, ele não só indica que algo deve ser feito como se inclui entre esses que devem fazer esse “algo”.

Texto 05:

Nas últimas semanas, VEJA mostrou os dois lados da mesma moeda: a necessidade de mudança, com o voto distrital, e a indignação com a corrupção no país. **Não podemos ficar** em silêncio. **Organizemo-nos!**

VEJA, 21/09/11, p. 36

A presença dos elementos linguísticos em destaque, a saber: “não podemos ficar” e “organizemo-nos”, no discurso acima, é um recurso utilizado pelo locutor para promulgar a obrigatoriedade dos interlocutores se organizarem e se articularem para dar um basta à corrupção.



Há, dessa forma, uma imposição por parte do locutor que, através da sua manobra discursiva, exige do interlocutor uma ação determinante para o que diz respeito à corrupção. Essa exigência também recai sobre o próprio responsável pelo discurso que usa o verbo na primeira pessoa do plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação das nossas análises, convém assinalar que muito além do que é proposto pelas gramáticas tradicionais, elementos como adjetivos, advérbios, e mesmo os verbos, são utilizados cotidianamente pelos indivíduos como uma forma de orientar os seus interlocutores – e, nesse caso, há sempre uma intenção para tal atitude – para a forma como se deseja que os textos sejam lidos.

Dessa forma, é pertinente dizer que a presença de elementos modalizadores deônticos, no gênero carta do leitor aqui analisado, constituem uma estratégia argumentativa, da qual os falantes/produtores textuais se utilizam das formas presentes na própria estrutura da língua e agem sobre os outros, com base em seus determinados objetivos. Esse fato, de certa forma, comprova o que já foi postulado por Ducrot (1988) quando diz que a língua é por natureza argumentativa.

Assim, pensamos que não faz sentido perceber a língua apenas enquanto estrutura, mas saber que nos usos reais, alguns elementos funcionam de forma diferente do que é proposta pelas regras normativas, ou seja, que nos usos concretos que fazemos da língua, há palavras que de alguma forma orientam argumentativamente os enunciados.

Logo, de alguma forma, a teoria da modalização nos faz refletir sobre o trabalho na sala de aula e o ensino de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J-C; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1994.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do Português Falado. Vol. II: Níveis de Análise Linguística: 2ª Edição**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.



- CHAVES, Anna Libia Araújo. O sufixo *inho* no gênero textual entrevista – elemento modalizador-discursivo. In: **Anais do I Simpósio Nacional de Linguagem e Gêneros Textuais**. João Pessoa: Editora Universitária/EDUEPB, 2007.
- CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- _____. **Polifonia y argumentación**: conferencias del seminario teoría de la argumentación y análisis del discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- KOCH, I.G. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez: 2002.
- NASCIMENTO, Erivaldo P. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária/EDUEPB, 2009.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- SANTOS, Maria Francisca de Oliveira. A modalidade no discurso de sala de aula, em contexto universitário. In: **Revista do GELNE, Vol. 2, N.2**, 2000.